



**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Graduação em Psicologia**

Flora Schroeder Garcia

**O binarismo sexual e a constituição dos corpos:
uma reflexão crítica necessária à psicologia**

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora:
Profa. Dra. Fabíola Freire

**São Paulo
2024**

Ao Adhemar Garcia Neto e à Liane Schroeder Garcia, origem da matéria para metamorfoses.

A quem tornou 2024 possível:

À Bárbara Tancetti, *medialunas* e meditações.

À Daniela Mattos, diva dos meus dias.

Ao Daniel Françoli Yago, irmão insólito.

Ao Franklin Costa Marques Filho, fluxo-fluir.

Ao Gabriel Lunieri Avelino, *a secret third thing*.

À Marieta Colucci Ribeiro, amizade amorosa.

Ao Rodrigo Gomes de Oliveira Pinto, companheiro de catástrofes.

Às professoras e aos professores da graduação em Psicologia da PUC-SP. Em especial, à Profa. Dra. Beatriz Brambilla, à Profa. Dra. Fabíola Freire Saraiva Melo, à Profa. Dra. Gabriela Gramkow e ao Prof. Dr. Jailton Bezerra Melo do Núcleo de Relações de Gênero.

Axs colegas dos anos de graduação — corpos (de)formados com o meu nessa trajetória que, ao chegar ao fim, abre caminhos.

**O binarismo sexual e a constituição dos corpos:
uma reflexão crítica necessária à psicologia**

Resumo: No território da modernidade, em que discursos hegemônicos demarcam binarismos, como *Mente versus Corpo*, *Homem versus Mulher* e *Pênis versus Vagina* (e não *Vulva* ou *Clitóris*), a psicologia foi constituída. Considerando que o gênero e o sexo são prostéticos — ou seja, têm um caráter construído e um caráter material — e que participam dos processos de subjetivação, o objetivo deste trabalho é contribuir com a empreitada necessária de perturbar as tecnologias da escritura do gênero e, em especial, do sexo. Para isso, realizaremos um breve panorama da história ocidental da concepção dos corpos sexuais, considerando o monismo sexual e o binarismo sexual. Além disso, a discussão considerou ainda os corpos intersexo e o clitóris, aos quais foi o negado o direito à existência.

Palavras-chave: gênero; sexo; binarismo sexual

**Binarismo sexual y constitución de los cuerpos:
una reflexión crítica necesaria para la psicología**

Resumen: La psicología se formó en el territorio de la modernidad, en el que los discursos hegemónicos demarcan binarismos como *Mente versus Cuerpo*, *Hombre versus Mujer* y *Pene versus Vagina* (no *Vulva* o *Clítoris*). Considerando que el género y el sexo son protésicos — es decir, tienen un carácter tanto construido como material — y que participan de los procesos de subjetivación, el objetivo de este trabajo es contribuir al necesario empeño de trastocar las tecnologías de escritura sobre el género y, en particular, sobre el sexo. Para ello, haremos un breve recorrido por la historia occidental de la concepción de los cuerpos sexuales, considerando el monismo sexual y el binarismo sexual. También consideraremos los cuerpos intersexuales y el clítoris, a los que se ha negado el derecho a existir.

Palabras clave: género; sexo; binarismo sexual

**Sexual binarism and the constitution of bodies:
a critical reflection necessary for psychology**

Abstract: Psychology was formed in the territory of modernity, in which hegemonic discourses demarcate binarisms such as Mind *versus* Body, Man *versus* Woman and Penis *versus* Vagina (not Vulva or Clitoris). Considering that gender and sex are prosthetic — that is, they have both a constructed and a material character — and that they participate in the processes of subjectivation, the aim of this work is to contribute to the necessary endeavor of disrupting the technologies of writing about gender and, in particular, sex. To do this, we will give a brief overview of the Western history of the conception of sexed bodies, considering sexual monism and sexual binarism. We will also consider intersex bodies and the clitoris, which have been denied the right to exist.

Key-words: gender; sex; sexual binarism

“And if the body were not the soul, what is the soul?”

(Walt Whitman)

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 11 |
| 1. A concepção ocidental dos corpos gendrados e sexados | 18 |
| 1.1 Monismo sexual | 18 |
| 1.2 Binarismo sexual..... | 19 |
| 2. A multiplicidade sexual | 25 |
| 3. A questão do clitóris | 33 |
| 3.1 “O clitóris é um símbolo mudo”: breve história das concepções do órgão 33 | |
| 3.2 “O clitóris é um anarquista”: concepções feministas do órgão..... | 40 |
| 4. Considerações finais | 49 |
| Referências | 51 |

Introdução

“O que eu não gosto é do bom gosto
Eu não gosto de bom senso
Eu não gosto dos bons modos”

(*Senhas*,
Adriana Calcanhotto)

O território da modernidade, em que são construídas mutuamente experiências coletivas e individuais, “é delineado por fronteiras, cujo estabelecimento se dá por processos difusos, sinuosos. Esse território é recoberto por complexas redes de relações de poder, estabelecidas e justificadas pelos discursos hegemônicos” (Garcia, 2023, p. 83). No território da modernidade, o poder cultural, social e político é distribuído de acordo com vínculos viris (Braidotti, 2011).¹

No pensamento filosófico-científico hegemônico, afirma-se o sujeito enquanto universal, imparcial e o conhecimento enquanto neutro. Nega-se, assim, o contexto histórico e político em que estão inseridos, servindo-se objetivamente aos interesses dominantes (Dorlin, 2021): “[...] a identidade leve e anônima é o privilégio da norma sexual, racial e de gênero.” (Preciado, 2022, pp. 30-3).

No entanto, o sujeito e o conhecimento são sempre produtos de um contexto histórico e político, quer haja consciência disso ou não, quer explicitese isso ou não. Assim, a noção de sujeito universal, imparcial e a noção de conhecimento neutro são histórica e politicamente situadas (Dorlin, 2021). Conforme Preciado,

Ou bem todos temos uma identidade ou então não existe identidade. Ocupamos todos um lugar diversificado em uma complexa rede de relações de poder. Ser marcado com uma identidade significa simplesmente não ter o poder de nomear sua posição identitária como universal. (2022, pp. 30-3)

¹ Em *Este sexo que não é só um sexo: Sexualidade e status social da mulher*, Luce Irigaray afirma “[...] a inferioridade social da mulher reforça-se e complica-se pelo fato de que ela não tem acesso à linguagem, a não ser pelo recurso a sistemas ‘masculinos’ de representação que a desapropriam de uma relação consigo própria e com outras mulheres” (*apud* Dorlin, 2021, p. 17).

Os discursos hegemônicos demarcam binarismos — termos opostos e complementares, que, em uma relação assimétrica e hierárquica, compõem uma unidade, uma totalidade —, como Razão *versus* Espírito, Cultura *versus* Natureza, Abstrato *versus* Concreto, Sujeito *versus* Objeto, Mente *versus* Corpo, Heterossexualidade *versus* Homossexualidade, Homem *versus* Mulher, Pênis *versus* Vagina — e não vulva ou clitóris... Ameaçadoras, outras configurações não são admitidas.

Na elaboração das experiências coletivas e individuais, os discursos hegemônicos agem como energias ou forças autoritárias (Garcia, 2023). As subjetividades são elaboradas, estilizadas em processos complexos e múltiplos, que funcionam em uma variedade de domínios interligados embora diferenciados (Braidotti, 2011). Nesse sentido, uma condição social e histórica comum é expressa, de modos múltiplos, também pelas vivências individuais (Doblin, 2021). Como afirmavam as feministas da 2ª onda: “O pessoal é político”.

O território da modernidade é o solo em que brotam e se constituem a Psicologia e a Psicanálise. A partir dos binarismos Mente *versus* Corpo, Cultura *versus* Natureza, Homem *versus* Mulher, privilegiando-se os primeiros termos, concebe-se e constitui-se o que nomeiam “aparelho psíquico”. Trata-se de um modo de configurar subjetividades, de constituir sujeitos. Patologiza-se a diferença.

De acordo com Preciado,

Não há universalidade nas narrativas psicanalíticas das quais vocês falam. As narrativas mítico-psicológicas retomadas por Freud e elevadas ao grau de ciência por Lacan não são mais do que histórias locais, histórias do espírito patriarco-colonial europeu, histórias que permitem legitimar a posição ainda soberana do pai branco sobre qualquer outro corpo. A psicanálise é um etnocentrismo que não reconhece sua posição politicamente situada. [...]

Como a psicanálise e a psicologia normativas dão um sentido ao processo de subjetivação de acordo com o regime da diferença sexual, do gênero binário e heterossexual, toda sexualidade não heterossexual, todo processo de transição de gênero ou toda identificação de gênero não binária dispara uma proliferação de diagnósticos. Uma das estratégias fundamentais desse discurso psicanalítico é detectar no desenvolvimento pré-natal ou infantil do homossexual, ou do

“transexual”, ou da pessoa de sexo não binário, os signos da doença, investigar o traumatismo que desencadeou a inversão. [...] Tudo isso não passa de simplificações grotescas. Não sou de maneira alguma o que vocês imaginam. Não sei nem mesmo o que sou. Saber o que cada um é não é mais fácil do que determinar a posição exata de um elétron dentro de um acelerador de partículas. (2022, pp. 30-3)

A partir dos anos 1970, saberes que permitem desconstruir o pensamento dominante fazem-se presentes nos centros de produção de conhecimento (Preciado, 2022). Os feminismos examinam criticamente a noção de sujeito universal, imparcial e a noção de conhecimento neutro. Para Carolina Meloni, há uma modificação epistemológica, morfológica, teórica e ontológica nos discursos feministas, uma vez que o ser passa a ser questionado.

A partir dos anos 1970, o feminismo é perturbado por um acontecimento fundamental. Muitas autoras partem a uma crítica radical e interna ao próprio feminismo, iluminando as cumplicidades discursivas e políticas que certa tradição feminista mantém com determinados dispositivos de poder. Conceitos como a diferença sexual, a consolidação de categorias ontológicas tal como o próprio conceito de “mulher”, a urgência com que o feminismo defendeu, quase desde as origens, definir um sujeito feminino comum como ponto de partida da luta por igualdade, os perigos do essencialismo nos discursos feministas, a exclusão das reivindicações das “outras” mulheres que não se identificavam com as propostas de muitas feministas e as críticas surgidas a partir do feminismo lésbico, chicano, negro e pós-colonial a um discurso feminista de viés eminentemente branco e burguês são algumas das questões e problematizações principais que vão desestabilizar as estruturas monolíticas feministas a partir do interior. (2021, pp. 18-19. Trad. minha)

Considerada pelo pensamento hegemônico enquanto atemporal e universal, a relação de poder entre homens e mulheres, passa a ser historicizada e, conseqüentemente, politizada (Dorlin, 2021). Os movimentos críticos feministas explicitam as forças e os posicionamentos que engendram a ciência. Assim, interessam — ou deveriam interessar — à psicologia e à psicanálise.

De acordo com Elsa Dorlin, as teorias feministas são

[...] um saber conectado de forma indissociável ao movimento político que problematiza, principalmente de um ponto de vista epistemológico inédito, a relação que *todo* saber mantém com certa posição de poder, uma relação que pode reforçá-la, derrubá-la ou modificá-la. (2021, p. 9. Itálico da autora)

O pensamento feminista é um questionamento político porque combate prioritariamente os efeitos de poder de discursos considerados científicos — discursos antropológicos, filosóficos, históricos, médicos, psicanalíticos, etc. — sobre as vidas, as falas e os corpos das mulheres (Dorlin, 2021). Discursos dominantes e totalizantes.²

No território da modernidade, a Natureza estabelece-se como contrato social, “ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (Preciado, 2017 [2004], p. 21).

O corpo é um ponto de sobreposição entre o físico, o simbólico e o sociológico (Braidotti, 2011). É construído por uma série de regimes, marcado por ritmos de esforço, de repouso, de prazer, de sofrimento, nutrido e intoxicado por alimentos e valores (Foucault, 2018 [1971]). Ou seja, “[...] é forjado em uma forma valiosa para a civilização apesar de [...] si mesmo.” (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1194. Trad. minha). No entanto, cria resistências aos elementos que o constituem (Foucault, 2018 [1971]).

Em *Manifesto Contrassexual*, Paul B. Preciado, filósofo espanhol transfeminista, elabora a contrassexualidade,

[...] uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. [...] A contrassexualidade define a *sexualidade como tecnologia*, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de

² “O saber feminista designa todo um trabalho histórico, realizado a partir de múltiplas tradições disciplinares (história, sociologia, literatura, ciência política, filosofia, ciências biomédicas etc.); um trabalho de questionamento do que, até então, era comumente mantido fora do âmbito político: os papéis de sexo, a personalidade, a organização familiar, as tarefas domésticas, a sexualidade, o corpo... Trata-se de um trabalho de historicização e, conseqüentemente, de politização do espaço privado, do íntimo, da individualidade, no sentido de que se reintroduz, com isso, o político, isto é, as relações de poder — e, portanto, de conflito — onde antes nos atínhamos às normas naturais ou morais, à matéria dos corpos, às estruturas psíquicas ou culturais, às escolhas individuais. É um trabalho que, ao encontrar as tensões, as crises, as resistências soterradas ao longo da história das mulheres, do gênero ou das sexualidades, tornou possível um pensamento a respeito da historicidade de uma relação de poder considerada a-histórica (‘em todos os lugares e desde sempre as mulheres foram e são dominadas’).” (Dorlin, 2021, p. 15)

energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (Preciado, 2017 [2004], pp. 22-3. *Itálico meu*)

Embora Preciado não rejeite “a hipótese das construções sociais ou psicológicas de gênero” (2017 [2004], p. 25), situa-as como “mecanismos, estratégias e usos em um sistema tecnológico mais amplo” (2017 [2004], p. 25).

O sistema tecnológico social heteronormativo é um conjunto de instituições linguísticas, domésticas, médicas que produz constantemente corpos-homem e corpos-mulher (Preciado, 2017 [2004]).

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (Preciado, 2017 [2004], p. 26)

Desse modo,

O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual. (2017 [2004], p. 25)

No entanto, por trás da heteronormatividade, “[p]or trás das máscaras da feminilidade e da masculinidade dominantes, [...] se escondem de fato múltiplas formas de resistência e de desvio.” (Preciado, 2022, pp. 29-30)

De acordo com Preciado,

O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. *O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Foge das falsas dicotomias metafísicas entre o corpo e a alma, a forma e a matéria. [...]* O gênero poderia resultar em uma tecnologia sofisticada que fabrica corpos sexuais.

É esse mecanismo de produção sexo-prostético que confere

aos gêneros feminino e masculino seu caráter sexual-real-natural. Mas, como para toda máquina, a falha é constitutiva da máquina heterossexual. Dado que aquilo que se invoca como “real masculino” e “real feminino” não existe, toda aproximação imperfeita deve se renaturalizar em benefício do sistema, e todo acidente sistemático (homossexualidade, bissexualidade, transsexualidade...) deve operar como a exceção perversa que confirma a regra da natureza. (Preciado, 2017 [2004], pp. 29-30. *Itálico meu*)

Para Preciado, portanto, o caráter construído do gênero não apaga jamais a materialidade. O gênero está implicado na distribuição carnal dos órgãos, do sangue, do sexo, das vísceras.

Assim como o gênero, o sexo tem um caráter construído e um caráter material.

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossexual que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (Preciado, 2017 [2004], p. 25)

De acordo com a contrassexualidade, então, gênero, sexo e sexualidade “devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas complexas” (Preciado, 2017 [2004], p. 25).

Assim, ao realizar uma análise crítica “da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas (Judith Butler, 2001)” (Preciado, 2017 [2004], p. 21), Preciado parte de um eixo temático marginal: o dildo. Escreve “sobre dildos, sobre sexos de plástico e sobre a plasticidade dos sexos” (Preciado, 2017 [2004], p. 19).

Produtos de práticas discursivas, “práticas de produção do natural” (Preciado, 2017 [2004], p. 30), o corpo, os órgãos sexuais e a sexualidade são tecnologias que participam dos processos de subjetivação. Por isso, considerar os códigos naturalizados, tornados elípticos ou eliminados por essas práticas discursivas hegemônicas interessa à psicologia e à psicanálise (Preciado, 2022).

De acordo com Paul B. Preciado, com o objetivo de “desnaturalizar e desmitificar as noções tradicionais de sexo e de gênero” (Preciado, 2017 [2004]).

p. 24), as tarefas da contrassexualidade são: analisar os dispositivos sexuais e os instrumentos sexuais — as relações de sexo e de gênero estabelecidas entre corpos e máquinas —, identificar “as falhas da estrutura do texto [...] e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocentrado” (Preciado, 2017 [2004], p. 27).

A partir de outra localização (Rich, 1987 [1984]), enquanto mulher branca, cis e heterossexual, ecoo Sofia Favero: “[e]screvo para proteger meu organismo do discurso.” (2022, p. 131).

O objetivo deste trabalho é contribuir com a empreitada necessária de “sacudir as tecnologias da escritura do sexo e do gênero, assim como suas instituições” (Preciado, 2017 [2004], p. 27). Para isso, forneceremos um breve panorama da história ocidental da concepção dos corpos sexuados, considerando o monismo sexual e o binarismo sexual. Além disso, consideraremos corpos e órgão a que foi o negado o direito à existência: os corpos intersexo e o clitóris.

No capítulo 1, abordaremos a concepção do monismo sexual, cujo fundamento é a igualdade e a lógica é a gradação hierárquica, e a concepção do binarismo sexual, cujo fundamento é a diferença e a lógica é a oposição complementar. Consideraremos as implicações das diferentes concepções no modo de compreender o sexo e a sexualidade.

No capítulo 2, abordaremos a multiplicidade negada, oculta em uma sociedade que necessita estabelecer a existência de somente dois sexos, assim como a distinção nítida e rígida entre ambos, de modo que, aos corpos intersexo que não são classificáveis de acordo com esse esquema, é negado o direito à existência.

No capítulo 3, abordaremos um panorama da história do clitóris, uma história tortuosa de aparecimentos e desaparecimentos.

1. A concepção ocidental dos corpos gendrados e sexuados

1.1 Monismo sexual

De acordo com a tese defendida em *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* por Thomas Laqueur, da Antiguidade ao século XVIII, no Ocidente, o fundamento para a concepção do corpo do homem e do corpo da mulher era a igualdade (Strömquist, 2018; Malabou, 2024 [2020]). A norma era o corpo masculino. O corpo do homem e o corpo da mulher eram considerados iguais. Acreditava-se na existência de um único sexo. Os órgãos que compõem a genitália masculina e a genitália feminina eram considerados os mesmos, embora localizados em posições distintas e em estágios de desenvolvimento, de formação, de perfeição diferentes. Nos homens, os órgãos sexuais seriam exteriores e desenvolvidos em maior grau; nas mulheres, os órgãos sexuais seriam interiores e desenvolvidos em menor grau. Os fluidos corporais, como esperma, gordura, leite e sangue, eram considerados variações de um mesmo fluido, presente em todos os corpos humanos. O orgasmo seria uma característica comum ao homem e à mulher (Strömquist, 2018; Malabou, 2024 [2020]).

No século IV a.C., Aristóteles afirmou que as mulheres teriam um tubo, como o pênis do homem, embora interno, cuja abertura estaria logo acima de por onde saíria a urina. No século II d.C., Cláudio Galeno comparou a genitália feminina aos olhos de uma toupeira, que, apesar de terem a mesma estrutura dos demais animais, não prestam para enxergar. Ele considerou a vagina enquanto o equivalente ao pênis (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005): “A vagina [...] [seria, para Galeno,] um pênis eternamente por nascer e o útero [...] [seria] um escroto cujo desenvolvimento ficou parado.” (Strömquist, 2018, p. 63).

Como a mulher seria mais fria que o homem, teria um excesso de sangue, do qual se livraria por meio da menstruação (Strömquist, 2018).

No século XVI, Andreas Vesalius considerou a forma feminina e a forma masculina enquanto iguais, com a diferença de que a estrutura genital feminina seria invertida. O pênis corresponderia à vagina (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005)

Antes do Iluminismo, de acordo com Thomas Laqueur, o orgasmo

masculino e o orgasmo feminino não tinham *status* diferentes. O orgasmo feminino era considerado necessário para que a mulher engravidasse. Por isso, manuais de parteiras orientavam sobre como atingi-lo. De modo geral, as orientações incluíam o estímulo do clitóris. No século XVII, Nicolas Venette, médico francês, afirmou que, sem o orgasmo, a mulher não desejaria relações sexuais, não sentiria prazer com elas e não conceberia a partir delas. Acreditava-se que, se a mulher e o homem chegassem ao orgasmo concomitantemente, a chance de gravidez seria maior. Desse modo, manuais davam orientações para que o homem e a mulher atingissem o clímax juntos (Strömquist, 2018).

1.2 Binarismo sexual

Ao longo do tempo, o fundamento para a consideração do corpo do homem e do corpo da mulher passou a ser a diferença. A igualdade hierárquica deu lugar à oposição complementar. Ao passo que a Religião perdeu a centralidade em prol da Ciência, a hierarquia entre mulheres e homens, justificada anteriormente pelo argumento religioso — a vontade divina —, passou a ser justificada pelo argumento científico — a constituição biológica com ênfase nos órgãos genitais e na sexualidade (Strömquist, 2018). Assim, consolidou-se, no século XIX, a visão moderna dos sexos.

Em 1803, em *Histoire naturelle de la femme* [*História natural da mulher*], Jacques-Louis Moreau de la Sarthe, um médico ou naturalista francês, afirmou que os sexos são “diferentes em todo aspecto concebível do corpo e da alma, em todo aspecto físico e moral” (*apud* Strömquist, 2018, p. 66).

De acordo com a concepção binária, haveria — somente — dois sexos: o sexo masculino (a genitália masculina) e o sexo feminino (a genitália feminina). Os órgãos genitais passaram a ser construídos como opostos e complementares, criados um para o outro.

Segundo Preciado,

Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma heterodivisão do corpo na qual a simetria não é possível. O processo de criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução que consiste em extrair

determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. (2017 [2004], p. 26)

De fato,

[...] [A] maquinaria sexo-prostética é relativamente recente e, de fato, contemporânea da invenção da máquina capitalista e da produção industrial do objeto. Em 1868, pela primeira vez as instituições médico-legais identificarão [...] [o] acidente “*contranatura*” [da identidade homossexual] como estruturalmente ameaçador para a estabilidade do sistema de produção dos sexos, opondo a perversão (que nesse momento inclui todas as formas não reprodutivas da sexualidade, do fetichismo ao lesbianismo, passando pelo sexo oral) à normalidade heterossexual. (Preciado, 2017 [2004], p. 30)

Do ponto de vista da anatomia, considera-se, em geral, que a genitália feminina inclui: uma porção externa (a vulva — monte de vênus, capuz e glânde do clitóris, lábios externos e internos, períneo); um canal de ligação entre a porção externa e a porção interna (a vagina); a porção interna (os ovários, as tubas uterinas, o útero, o colo do útero, o endométrio). A genitália feminina tem, portanto, uma porção externa. No entanto, em geral, a porção externa da genitália feminina é raramente mencionada e retratada. Com frequência, a vulva é designada incorretamente “vagina” (Strömquist, 2018).

A linguagem relativa à sexualidade constrói a oposição complementar. Assim, costuma-se considerar que a genitália masculina teria uma porção externa e uma porção interna, enquanto a genitália feminina teria somente uma porção interna. Além disso, costuma-se designar, por um lado, a ereção do pênis e, por outro lado, a dilatação e a lubrificação da vagina como os sinais de excitação sexual. A ereção do clitóris não é considerada (Strömquist, 2018). Nesse sentido, é digno de nota que, ao passo que, no século XVII, os livros médicos descrevessem a ejaculação feminina, as menções a ela tenham cessado e voltem a aparecer somente na década de 1980, com a investigação de Beverly Whipple, sexóloga estadunidense (Strömquist, 2018).

Conforme Harriet Lerner, psicóloga estadunidense, a descrição anatômica imprecisa e incompleta da genitália feminina oculta o fato de que a genitália feminina possui uma porção externa, o que pode levar as meninas e mulheres cis a sentirem-se deformadas, inadequadas, e pode contribuir

contemporaneamente, por exemplo, para o desejo de realizar cirurgias estéticas, como a de diminuição dos lábios da vulva. No caso da cirurgia íntima, a construção cultural próstética de gênero é realizada com o bisturi em mãos.

Se antes eram atribuídos à sexualidade feminina o governo por impulsos, o caráter libidinoso — sendo a mulher, na tradição cristã, associada a Eva — e era atribuída à sexualidade masculina a capacidade do autogoverno — sendo o homem capaz de cultivar amizades intelectuais sofisticadas —, nesse momento, a sexualidade feminina passa a ser considerada como fraca ou ausente, dependente do vínculo emocional, enquanto a sexualidade masculina passa a ser considerada como forte e difícil de controlar, independente do vínculo emocional (Strömquist, 2018).

Do ponto de vista das mulheres, a possibilidade de desassociarem-se da imagem cristã da mulher sedutora e traiçoeira era vantajosa. Assim, Mary Wollstonecraft, feminista liberal, e Anna Wheeler, feminista socialista, entre outras, desenvolveram, a partir da ausência ou da fraqueza de desejo sexual da mulher, o argumento da superioridade moral feminina. No entanto, uma imagem da mulher não substituiu simplesmente a outra; ambas passaram a conviver (Strömquist, 2018).

Com a noção da ausência ou da fraqueza do desejo sexual da mulher, deixou-se de discutir como o orgasmo feminino pode ser alcançado e passou-se a questionar a existência dele. No final do Iluminismo, devido à mudança no modo de considerar o corpo do homem e o corpo da mulher — e não a avanços científicos na área da biologia reprodutiva³ —, a ciência médica deixou de considerar o orgasmo feminino enquanto parte do processo reprodutivo (Strömquist, 2018).

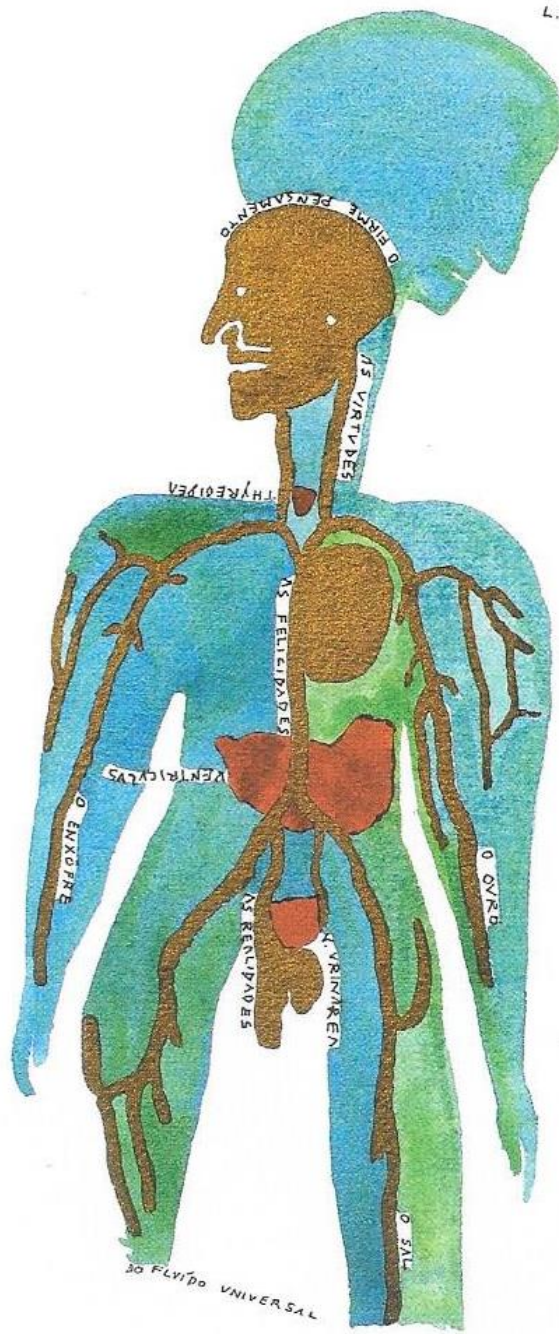
Ao longo do século XIX, muitos textos sobre a ausência de sexualidade da mulher foram escritos por médicos. Em 1896, na obra *Psychopathia Sexualis* [*Psicopatia sexual*], Richard von Kraft-Ebing afirmou que as mulheres física e mentalmente normais, educadas apropriadamente, têm escasso desejo sexual. Do contrário, para ele, “matrimônio” e “vida familiar” seriam palavras vazias (Strömquist, 2018).

³ Nesse período, para evitar a gravidez, recomendava-se, por exemplo, que, uma semana após o fim da menstruação, período mais fértil do ciclo, o casal tivesse relações sexuais (Strömquist, 2018).

No século XIX, Otto Adler, médico alemão conduziu uma pesquisa e concluiu que 40% das mulheres sofriam de insensibilidade sexual. No entanto, entre elas, Adler incluiu as mulheres que atingiam o orgasmo sozinhas pela masturbação. Ou seja, o que definia a insensibilidade sexual era “a incapacidade de atingir o orgasmo através da relação de penetração vaginal com um homem [...]” (Strömquist, 2018, p. 72). É digno de nota que, entre 1900 e 1950, o termo “clitóris” apareça raramente em textos (Strömquist, 2018).

Em 1905, Sigmund Freud elaborou a teoria do orgasmo imaturo clitoridiano *versus* o orgasmo maduro vaginal. De acordo com Freud, as meninas novas e imaturas atingiriam o orgasmo clitoriano, enquanto as mulheres adultas e maduras alcançariam o orgasmo vaginal. As mulheres adultas incapazes de atingir o orgasmo vaginal seriam imaturas, sofreriam de frigidez e poderiam necessitar de auxílio psicanalítico. É significativo que Freud tenha denominado o clitóris de “equipamento masculino” (Strömquist, 2018). Haveria, portanto, uma única forma aceitável, normal, saudável de atividade sexual para as mulheres: a relação heterossexual de penetração vaginal. Essa teoria contribuiu significativamente para o sentimento de deficiência e inadequação de gerações de mulheres.

Desse modo, o discurso sobre o corpo feminino, os órgãos genitais femininos, a sexualidade feminina e o orgasmo feminino é construído em relação ao corpo masculino, aos órgãos genitais masculinos, à sexualidade masculina e ao orgasmo masculino. O sexo feminino (a genitália feminina) é construído e descrito em relação ao sexo masculino (a genitália masculina) enquanto um buraco, uma falta a ser preenchido por um pênis, por um falo. Não como um órgão que existe por si próprio. A genitália feminina, reduzida à vagina, teria como função ser preenchida pelo pênis — o tamanho da vagina, a capacidade de expandir-se, a capacidade de umedecer-se dever-se-iam à facilitação da penetração pelo pênis. De acordo com a lógica da oposição complementar, o clitóris não pode ocupar a posição de órgão sexual. O sexo feminino e o sexo masculino ocupariam posições diferentes em uma hierarquia, seriam opostos e complementares, o que seria manifesto na relação heterossexual de penetração.



SP

92

O firme pensamento

Leonilson

1992

Aquarela e tinta metálica sobre papel, 30 x 23 cm

Coleção Luisa Malzoni Strina, São Paulo, Brasil

2. A multiplicidade sexual

Em “*Five Sexes: Why Male and Female Are Not Enough*” [“Cinco sexos: Por que masculino e feminino não são suficientes”], artigo influente publicado na *The Sciences* em 1993, Anne Fausto-Sterling, sexóloga estadunidense, afirma que o Ocidente tem um compromisso profundo com a noção da existência de somente dois sexos, compromisso expressado, por exemplo, na língua e nas leis. Ela defende que, apesar disso, o sistema sexual binário desafia a natureza: “[p]ois, biologicamente falando, há muitas gradações entre masculino e feminino [...]” (Fausto-Sterling, 1993, p. 21. Trad. minha).

No início do desenvolvimento sexual, a gônada embrionária geralmente desenvolve-se em um ovário ou em um testículo. No entanto, pode desenvolver-se em um ovo-testículo. O falo, termo empregado por Fausto-Sterling para designar uma “estrutura [embrionária] que durante o desenvolvimento usual prossegue para formar ou um clitóris ou um pênis [...]” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha), pode desenvolver-se também em estados intermediários. Os inchaços urogenitais no embrião podem permanecer abertos e tornarem-se os lábios da vulva, fundirem-se e tornarem-se o escroto ou permanecerem parcialmente abertos e fundirem-se parcialmente. Nos embriões mamíferos, há estruturas que podem tornar-se o útero e as trompas de falópio e estruturas que podem tornar-se parte do sistema de transporte de esperma. Um desses conjuntos de estruturas pode degenerar-se, restando o outro. É possível ainda a ambos os conjuntos de estruturas desenvolverem-se concomitantemente em graus variados.

Considerando-se a multiplicidade de possibilidades, *intersexo* é empregado como um termo guarda-chuva. Há, conforme Fausto-Sterling (1993), três subgrupos denominados *hermafroditas verdadeiros*, que apresentam uma gônada produtora de esperma (testículo) e uma gônada produtora de óvulos (ovários)⁴; *pseudo-hermafroditas femininos*, que apresentam ovários, não

⁴ “Em alguns hermafroditas verdadeiros, o testículo e o ovário crescem separadamente, mas bilateralmente; em outros, crescem juntos no mesmo órgão, formando um ovo-testículo. Não raramente, ao menos uma das gônadas funciona muito bem, produzindo esperma ou óvulos, assim como níveis funcionais dos hormônios sexuais [...]. Embora, em teoria, fosse possível que um hermafrodita verdadeiro fosse mãe e pai de uma criança, na prática, os dutos e os tubos apropriados não são configurados de modo que

apresentam testículos e apresentam aspectos da genitália masculina⁵; *pseudo-hermafroditas masculinos*, que apresentam testículos, não apresentam ovários e apresentam aspectos da genitália feminina⁶. Em um mesmo subgrupo, as características ditas femininas ou masculinas podem variar muito. No entanto, Fausto-Sterling argumenta que cada um dos três subgrupos merece ser considerado um sexo adicional. Assim, haveria, ao menos, cinco sexos. Fausto-Sterling “[...] argumentaria além disso que o sexo é um *continuum* vasto, infinitamente maleável, que desafia os limites de mesmo cinco categorias.” (1993, p. 21. Trad. minha)⁷

No entanto, a partir da Idade Média, segundo Fausto-Sterling (1993), passou-se a obrigar os hermafroditas a optar por e a manter um gênero, muitas vezes sob pena de morte. O universo jurídico começou o apagamento de “qualquer forma de sexo incorporado que não se conforme ao padrão feminino-masculino, heterossexual.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 23. Trad. minha). No século XX, as comunidades médica, psiquiátrica, psicanalítica, psicológica completaram-no.

De acordo com Paul B. Preciado, “[a] identidade sexual não é a expressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne, e sim um efeito de reinscrição das práticas de gênero no corpo.” (Preciado, 2017 [2004], p. 29) Assim,

[e]xpressões aparentemente descritivas — como “é menina” ou “é menino” frente a um ultrassom pré-natal — são, de fato, “mais semelhantes a expressões contratuais pronunciadas em ritos sociais” (Preciado, 2017 [2004], p. 28).

possam se encontrar.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha)

⁵ “Em contraste com os hermafroditas verdadeiros, os pseudo-hermafroditas têm duas gônadas do mesmo tipo juntamente com a composição cromossômica feminina (XX) ou masculina (XY) usual. Porém, a genitália externa e as características sexuais secundárias não correspondem [ao que se convencionou associar] aos cromossomos.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha);

“Os hermafroditas femininos têm ovários, dois cromossomos X e, ocasionalmente, um útero. Entretanto, têm também genitais externos ao menos parcialmente masculinos. Sem intervenção médica, podem desenvolver barba, voz profunda e pênis do tamanho do de um adulto.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha)

⁶ “[...] os hermafroditas masculinos têm testículos e cromossomos XY; no entanto, têm também uma vagina e um clitóris e, na puberdade, frequentemente desenvolvem seios. Porém, eles não menstruam.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha)

⁷ “Nenhum esquema classificatório poderia mais do que sugerir a variedade da anatomia sexual encontrada na prática clínica.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22); “É suficiente dizer que as variedades são tão diversas que somente é possível saber as partes que estão presentes e quais partes estão ligadas a quais após cirurgia exploratória.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha)

Ou seja,

[s]ão invocações performativas de gênero, “fragmentos de linguagem carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou como feminino, bem como de sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero até o ponto de submetê-los a processos cirúrgicos de “cosmética sexual” (diminuição do tamanho do clitóris, aumento do tamanho do pênis, fabricação de seios de silicone, refeminilização hormonal do rosto etc.). (Preciado, 2017 [2004], pp. 28-9).

Em 1937, foi publicado *Genital Abnormalities, Hermaphroditism and Related Adrenal Diseases* [Anormalidades genitais, hermafroditismo e doenças adrenais relacionadas], de Hugh H. Young, urologista estadunidense da Johns Hopkins University. Trata-se de um tratado sobre os métodos cirúrgicos e hormonais mais modernos para transformar intersexuais em homens ou mulheres. Na obra, são documentados cuidadosamente relatos de casos de pessoas intersexuais, incluindo o tratamento médico pelo qual passaram. Embora o próprio Young não julgasse as pessoas estudadas, não impusesse a elas tratamento médico e denominasse as pessoas intersexuais que tinham experiências tanto com homens quanto com mulheres como “hermafroditas praticantes”, a obra é o fundamento sobre o qual as práticas de intervenção atuais foram erigidas (Fausto-Sterling, 1993).

Na década de 1990, devido a avanços tecnológicos, passou a ser possível identificar os intersexuais no momento do nascimento. Intervenções cirúrgicas e hormonais normalizadoras passaram a ser feitas, então, com bebês intersexuais de modo que pudessem ser classificados como homens ou mulheres. As intervenções em bebês intersexuais são mais um exemplo da construção cultural (prostética) de gênero realizada com o bisturi e o bloco de prescrição médica em mãos (Strömquist, 2018).

Uma vez que há um dogma científico de que os hermafroditas estariam condenados, sem intervenção médica, a uma vida de sofrimento, a política de intervenção médica teria, para Fausto-Sterling, objetivos “genuinamente humanitários, refletindo o desejo de que as pessoas possam ‘encaixar-se’ tanto física quanto psicologicamente.” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha). Fausto-Sterling reflete criticamente:

O conhecimento desenvolvido na bioquímica, na embriologia, na endocrinologia, na psicologia e na cirurgia possibilitou aos médicos controlarem o próprio sexo do corpo humano. [...] [Assim,] [...] o “gerenciamento” médico da intersexualidade certamente desenvolveu-se como parte de uma tentativa de libertar as pessoas de uma dor psíquica perceptível (embora não esteja claro se a dor é do paciente, dos pais do paciente ou do médico). E, se aceitarmos o pressuposto de que, em uma cultura dividida por sexos, as pessoas podem realizar o maior potencial de felicidade e de produtividade somente se pertencem com certeza a um dos dois únicos sexos reconhecidos, a medicina moderna foi extremamente bem-sucedida. (1993, p. 24. Trad. minha)

No entanto, “[...] os pressupostos subjacentes por trás desse desejo — de que há somente dois sexos, de que apenas a heterossexualidade é normal, de que há um modelo verdadeiro de saúde psíquica (*psychological health*) — praticamente não foram examinados [pela comunidade médica].” (Fausto-Sterling, 1993, p. 22. Trad. minha). Segundo Fausto-Sterling, “as vidas interiores das pessoas de cada [um dos três] subgrupo[s intersexo] — as necessidades especiais e os problemas delas, as atrações e as repulsas — não foram exploradas pela ciência.” (1993, p. 21. Trad. minha). Há escassas e contraditórias evidências científicas a respeito do caráter determinante da não intervenção médica para uma vida de sofrimento (Fausto-Sterling, 1993). Desse modo, Fausto-Sterling desdobra a reflexão crítica:

[...] as mesmas conquistas médicas podem ser lidas não como progresso, e sim como modo de disciplina. *Os hermafroditas são corpos indisciplinados. Eles não se enquadram naturalmente em uma classificação binária [...] Mas por que deveríamos nos importar [...]?* A resposta parece fazer em uma necessidade cultural de manter distinções claras entre os sexos. A sociedade impõe o controle dos corpos intersexuais porque eles borram a grande divisão e constroem uma ponte entre os dois lados. Na medida em que os hermafroditas literalmente incorporam ambos os sexos, desafiam crenças tradicionais sobre a diferença sexual [...] (Fausto-Sterling, 1993, p. 24. Trad. minha. Itálico meu)

Portanto, ironicamente, à medida que o conhecimento dos sistemas sexuais se tornou mais sofisticado, conduziu à repressão da complexidade dos sistemas sexuais. Trata-se de um exemplo evidente de biopoder.⁸

⁸ O biopoder aparece com duas faces: “como poder sobre a vida (as políticas da vida biológica, entre elas as políticas da sexualidade) e como poder sobre a morte (o racismo). Trata-se, definitivamente, da estatização da vida biologicamente considerada, [...] A formação do biopoder, segundo Foucault, poderia ser abordada a partir das teorias

No entanto, não há corpos intactos, “corpo[s] intocado[s] pelos artefatos e próteses farmacológicas” (Malabou, 2024 [2020], p. 95). As fronteiras entre mutilação e transformação podem ser borradas. “Nesse sentido, todos os corpos, e não somente os das mulheres, são frágeis porque fabricados. E mutilados.” (Malabou, 2024 [2020], p. 95).⁹

A partir desse ponto de vista, a questão passa a ser não questionar a produção de conhecimento, e sim questionar o emprego dele.

De fato, o conhecimento empregado nas intervenções normalizadoras poderia ser melhor empregado a serviço dos sexos múltiplos, das sexualidades múltiplas:

*Teria que ser um mundo de poderes compartilhados. Paciente e médico, feminino e masculino, homossexual e heterossexual — todas essas oposições e outras teriam que ser dissolvidas como fontes de divisão. Uma nova ética de tratamento médico emergiria, uma que permitiria a ambiguidade em uma cultura que superou a divisão sexual. A missão central do tratamento médico seria preservar a vida. Desse modo, os hermafroditas estariam preocupados principalmente não com a possibilidade de conformarem-se à sociedade, e sim com a possibilidade de desenvolverem condições que possam acarretar riscos à vida — hérnias, tumores nas gônadas, desequilíbrio de sal causado por mal funcionamento adrenal — que ocasionalmente acompanham o desenvolvimento hermafrodita. No meu mundo ideal, a intervenção médica em intersexuais teria lugar raramente antes da idade da razão (*age of reason*)¹⁰; tratamento subsequente seria uma empreitada cooperativa entre médico,*

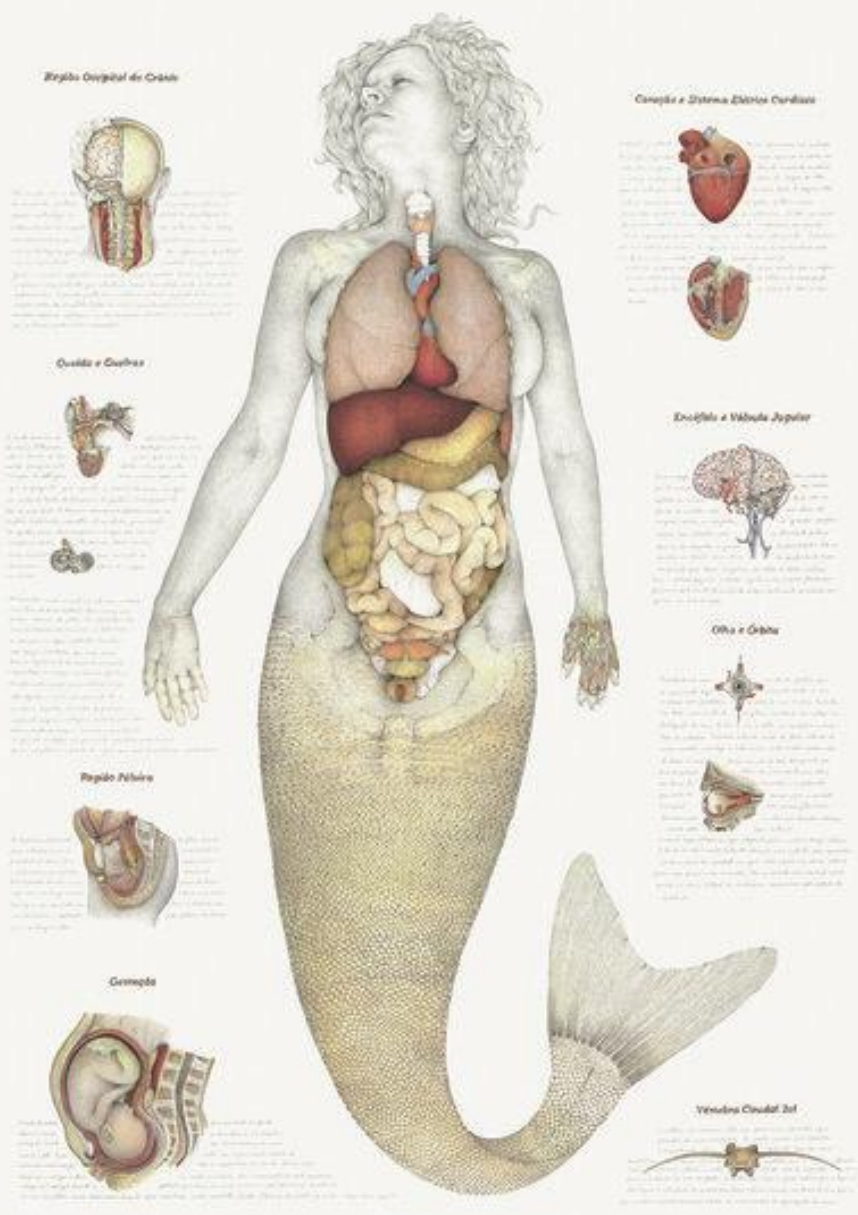
do direito, da teoria política [...] ou ao nível dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias do poder. Foucault se situa nesta última perspectiva. A partir da época clássica, assistimos no Ocidente a uma profunda transformação dos mecanismos de poder. Ao antigo direito do soberano de fazer morrer ou deixar viver se substitui um poder de fazer viver ou abandonar à morte. O poder, a partir do século XVII, organizou-se em torno à vida, sob duas formas principais que não são antitéticas, mas que estão atravessadas por uma rede de relações. Por um lado, as *disciplinas*, uma *anátomo-política do corpo humano*. Elas têm como objeto/ o corpo individual, considerado como uma máquina. Por outro lado, a partir de meados do século XVIII, uma *biopolítica da população*, do *corpo-espécie*. Seu objeto será o corpo vivente, suporte dos processos biológicos (nascimento, mortalidade, saúde, duração da vida).” (Castro, 2016, pp. 57-8).

⁹ Malabou exemplifica: “Que mulher nunca transformou seu corpo tomando estrógenos e progesterona? Será que um corpo de mulher *cis* já não é sempre *trans* devido ao consumo de hormônios contidos na pílula ou [aos] tratamentos de reposição da menopausa, para citar apenas exemplos bastante conhecidos? Nesse sentido, o sujeito do transfeminismo não são as mulheres nem os homens, mas os usuários de tecnologias como pílula, testosterona, Viagra, Truvada...” (2024 [2020], p. 94).

¹⁰ A idade da razão, nesse caso, refere-se ao momento em que a pessoa, na infância, passa a ser considerada capaz de entender as consequências das decisões e a tomá-las.

paciente e outros consultores treinados nas questões da multiplicidade de gênero. (Fausto-Sterling, 1993, p. 24. Trad. minha. *Itálico meu*)

ONDINA



Ondina

Walmor Corrêa

2005

Tinta acrílica e grafite sobre tela, 195 x 130 cm

3. A questão do clitóris

“Eu gosto dos que tem fome
Dos que morrem de vontade
Dos que secam de desejo
Dos que ardem”

(*Senhas*,
Adriana Calcanhotto)

3.1 “O clitóris é um símbolo mudo”: breve história das concepções do órgão

Ao longo do tempo, o estudo do clitóris foi dominado por fatores sociais. Houve controvérsia a respeito da denominação, da constituição anatômica normal, da caracterização anatômica normal e da presença do clitóris em corpos considerados normais (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005). De acordo com Catherine Malabou, filósofa franco-argelina, as “primeiras formas de reconhecimento do clitóris serviram apenas para reiterar a ignorância em relação a ele, equiparando-o ao pênis.” (Malabou, 2024 [2020], p. 11).

No século V a. C., Hipócrates, médico grego, referia-se ao clitóris, provavelmente compreendido como incluindo a glândula e o corpo, como *columella* (“pilar pequeno”); no século X, Avicena, polímata persa, como *albatra* ou *virga* (“vara”) e Albucasim, médico árabe-andaluz, como *tentigo* (“tensão”); no século XVI, Matteo Realdo Colombo, anatomista veneziano, como *amoris dulcedo* (“doçura do amor”), *sedes libidinis* (“sede da luxúria”) e mosca de Vênus (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005). Em “um conceito anatômico similar à vulva” (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1192. Trad. minha), o termo “ninfas” incluiu, em determinado momento, o clitóris e os lábios menores. Posteriormente, passou a referir-se somente aos lábios menores. No século XVII, Reinier DeGraaf, anatomista holandês, argumentou pela necessidade de distinguir as ninfas e o clitóris. Assim, passou a denominar o clitóris sempre desse modo. A partir de então, o termo “clitóris” parece ter sido empregado constantemente (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005).

A origem da palavra é incerta. Do grego, κλειτορις significa “clitóris” (Liddel; Scott; Scott; Jones; Mckenzie, 1996, p. 957) e

[...] possivelmente deriva da palavra grega κλειτοριζειν, que significa esfregar. No entanto, a mesma palavra grega κλειτοριζ relaciona-se à palavra morro e é traduzida por certas pessoas como morrinho. Pode ser que os antigos empregassem o termo clitóris como um jogo de palavras. O linguista Cohen dedicou um capítulo à discussão sobre a importância e a origem da palavra clitóris. (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1192. Trad. minha)

Durante o Renascimento, no século XVI, Charles Estienne, anatomista francês, foi o primeiro escritor a identificar, a partir de uma dissecção, o clitóris, atribuindo-lhe função urinária (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005).

No século XVI, Andreas Vesalius, anatomista belga, considerado pai da anatomia moderna, afirmou que o clitóris não teria função e não estaria presente em mulheres saudáveis (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005).

Não é razoável culpar de incompetência os outros com base em um capricho da natureza que você observou em algumas mulheres e você dificilmente pode atribuir essa parte nova e sem utilidade, como se fosse um órgão, a mulheres saudáveis. Acredito que tal estrutura aparece em hermafroditas que, de resto, têm genitais bem formados [...], mas eu nunca vi uma vez sequer um pênis em qualquer mulher [...] mesmo os rudimentos de um pequeno falo. (Vesalius *apud* O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1192. Trad. minha)

Considerando a importância de anatomistas como Vesalius, Helen E. O'Connell, Kalavampara V. Sanjeevan e John M. Hutson (2005) levantam a hipótese de que seria difícil a outros anatomistas contradizerem essa posição.

Em 1559, Matteo Realdo Colombo, sucessor da cadeira de Vesalius em Pádua, alega a descoberta do clitóris. Houve quem defendesse que o órgão era conhecido. Uma vez que o corpo da mulher e o corpo do homem eram, então, considerados iguais, embora em estágios de desenvolvimento diferentes, e que a norma era o corpo masculino, o clitóris foi considerado um pênis feminino (Strömquist, 2018).

A partir do século XVI, anatomistas diferentes, como Matteo Realdo Colombo e Gabriele Fallopio, anatomista modenense, alegaram a redescoberta do clitóris. Ambos descreveram o clitóris. De acordo com O'Connell, Sanjeevan e Hutson, a alegação, em 1561, de redescoberta por Fallopio parece mais justa e teria perturbado a comunidade médica europeia: "Anatomistas modernos negligenciaram-no inteiramente [...] não dizem uma palavra a respeito [...] e, se

outros falaram disso, saibam que o tiraram de mim ou dos meus pupilos” (Fallopio *apud* O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1192. Trad. minha). Collombo alegou ter sido o primeiro a descrevê-lo com precisão (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005).

Ainda no século XVI, a clitoridectomia parece ter sido justificada pela imprecisão do termo “ninfas” e pela confusão relacionada ao hermafroditismo. A obra de Dalenchamps, manual cirúrgico mais importante no período, continha um capítulo sobre ninfotomia,

[...] uma operação para extirpar ninfas excepcionalmente grandes. No entanto, o que constituía ninfas excepcionalmente grandes era o problema. Ele acreditava que essa era “uma característica excepcional presente em quase todas as mulheres egípcias”, assim como “em algumas das nossas, de modo que, quando encontram-se em companhia de outras mulheres, quando andam e as roupas esfregam-se nelas ou quando os maridos desejam aproximar-se delas, ficam eretas como um pênis masculino e, de fato, elas usam-nas para brincar com outras mulheres, como os maridos delas fariam. Assim, as partes são removidas, como descrito em Aécio [um autor grego do início do século VI] e outros.” (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1192. Trad. minha)

No século XVII, Jan Swammerdam, naturalista holandês, e Reinier DeGraaf alegaram também a descoberta do clitóris. Em 1672, De Graaf surpreende-se com a ausência da menção ao clitóris por outros anatomistas:

Estamos extremamente surpresos de que há anatomistas que não mencionam essa parte como se não existisse no universo da natureza. Em todos os cadáveres que dissecamos, a encontramos bastante perceptível à visão e ao tato. (De Graaf *apud* O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1193).

De acordo com O’Connell, Sanjeevan e Hutson, a obra de De Graaf seria a primeira descrição anatômica completa do clitóris (2005).

No século XIX, na década de 1840, Georg Ludwig Kobelt, anatomista alemão, realizou disseções, estudos de anatomia comparada e experimentos com injeções para simular a excitação sexual. Descreveu de modo extremamente completo a anatomia feminina, incluindo desenhos e dividindo os órgãos em elementos ativos — rafe clitoriana (*clitoral shaft*) e vagina — e passivos — *bulbus vestibuli*, músculos associados, *pars intermedia* e a glândula do clitóris (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005):

Nesse ensaio, minha preocupação principal foi mostrar como a mulher tem uma estrutura que, em todas as suas partes separadas, é inteiramente análoga à do homem; dificilmente atrevo-me a esperar o mesmo sucesso dos meus estudos sobre o homem, uma vez que todas as tentativas anteriores dessa natureza sempre foram em vão devido ao fato de nosso conhecimento em relação a essas estruturas femininas ser ainda repleto de lacunas. (Kobelt *apud* O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1193. Trad. minha)

Conforme O'Connell, Sanjeevan e Hutson (2005), a descrição feita por De Graaf e a descrição feita por Kobelt seriam as descrições anatômicas mais detalhadas e mais influentes do clitóris.

No século XIX, Sigmund Freud estruturou o aparelho psíquico a partir do sexo masculino, do homem. De acordo com Freud, “o sexo feminino tem a forma de uma ausência” (Malabou, 2024 [2020], p. 11). Freud pensou, a partir da falta, a mulher. Herdeiro da tese unissexual, ele compreendeu o clitóris, “[c]icatriz de uma castração” (Malabou, 2024 [2020], p. 11), como “o pênis atrofiado das mulheres” (Malabou, 2024 [2020], p. 11).

A evolução sexual normal da mulher progrediria, segundo Freud, do estágio clitoriano ao estágio vaginal. O primeiro, ligado ao prazer, deveria ser abandonado em prol do segundo, ligado à função reprodutora da sexualidade (Malabou, 2024 [2020]). O clitóris estaria associado, por um lado, ao pênis atrofiado, a uma falta, e, por outro, ao prazer excessivo, a uma sobra. O clitóris é também castrado e censurado.

A relação entre o clitóris e a vagina foi muito frequentemente compreendida como uma relação de força nos termos do esquema de dominação *versus* servidão.

A dialética do senhor e do escravo, tal como Hegel a concebe, é uma luta de vida ou morte. Duas consciências se enfrentam em um combate pelo reconhecimento que exige a mobilização recíproca da vida deles. Para serem reconhecidas como consciências e não como meras coisas, cada uma deve provar à outra que não está apegada à vida. Cada uma se mostra disposta a morrer e, em um mesmo movimento, a matar a outra. Finalmente, continua Hegel, uma das duas consciências cede ao medo e aceita submeter-se à outra. Uma é o senhor, a outra, o escravo. (Malabou, 2024 [2020], pp. 62-3)

Até o século XX, acreditou-se, em geral, que somente mulheres infantis

— que permanecem fixadas em um estágio inicial do desenvolvimento devido à falha em atingir primazia genital — teriam orgasmo clitoriano. A permanência da sensação clitoriana seria, portanto, uma evidência de neurose (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005). De acordo com Helen E. O’Connell, Kalavampara V. Sanjeevan e John M. Hutson,

A clitoridectomia foi uma operação justificada por milênios em certas partes do mundo. A prática dela tem sido revista recentemente. No entanto, não faz muito tempo, era utilizada em países ocidentais, não como ritual religioso, e sim como uma operação para tratar uma série de perturbações médicas, incluindo insanidade, epilepsia, catalepsia e histeria. Em um ensaio premiado, Sheehan [...] observou: “A profissão médica no século XIX queria ambos: o clitóris era tão desimportante à mulher normal que a remoção dele não faria falta e, no entanto, à espreita, nas fibras dele, estava a maior ameaça ao bem-estar feminino conhecida.” (2005, p. 1193. Trad. minha)

Após dez anos de pesquisa, William H. Masters, ginecologista estadunidense, e Virginia E. Johnson, psicóloga estadunidense, publicaram, em 1966, o primeiro estudo sexológico prático da história. Como era do conhecimento de médicos e de parteiras no século XVII, o clitóris foi considerado fundamental para a sexualidade feminina. O orgasmo feminino foi compreendido como quase inteiramente clitoriano (Strömquist, 2018).

Em 1967, Shere Hite, sexóloga e feminista estadunidense, conduziu um estudo e concluiu que dois terços das mulheres participantes atingiam o orgasmo não pela penetração vaginal, e sim pela estimulação do clitóris. Para Hite, a relação sexual é institucionalizada, na nossa cultura, de acordo com um modelo baseado na facilidade de os homens atingirem o orgasmo. Desse modo, determinadas práticas sexuais são consideradas “preliminares”, enquanto outras são consideradas “sexo” (Strömquist, 2018).

Na década de 1980, Beverly Whipple, enfermeira, alegou a descoberta do ponto G, uma região na parede vaginal cujo estímulo provocaria o orgasmo. A polêmica em torno do orgasmo clitoridiano *versus* o orgasmo vaginal foi reacendida. (Strömquist, 2018).

Em 1998, em “*Anatomical Relationship Between Urethra and Clitoris*” [“Relações anatômicas entre a uretra e o clitóris”], Helen O’Connell, primeira australiana especialista em urologia, do *Royal Melbourne Hospital*, descobriu

que a cabeça do clitóris é apenas a ponta de um *iceberg* e que o próprio órgão tem, na verdade, comprimento de sete a dez centímetros e possui duas pernas que se estendem para trás abraçando as laterais da vagina. O órgão inteiro se dilata ao ser estimulado.” (Strömquist, 2018, p. 79). Desse modo, conforme Odile Buisson, ginecologista francesa, “[a] parede anterior da vagina é inseparável das partes internas do clitóris; estimular a vagina sem estimular o clitóris é praticamente impossível. Ou seja, o orgasmo vaginal também é um orgasmo clitoriano [...]” (Strömquist, 2018, p. 80). Assim, de acordo com a pesquisa clínica de educadores sexuais e terapeutas sexuais, é a estimulação clitoriana direta ou indireta que provoca o orgasmo da mulher (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005). No entanto, “Isso não significa que a vagina não seja peça-chave da resposta sexual feminina. Uma palavra que considere o clitóris, a uretra distal e a vagina distal seria possivelmente mais útil para o local da resposta sexual feminina.” (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1194. Trad. minha). Por fim,

[...] [p]arte da pesquisa realizada nos últimos anos indica que o clitóris é ainda maior e [que] suas terminações nervosas possivelmente se espalhem sobre uma grande área dentro do organismo. Isso torna toda a discussão sobre o orgasmo clitoriano/vaginal completamente sem sentido, já que todos os orgasmos têm sua origem no complexo clitoridiano. (Strömquist, 2018, p. 80).

Em 2005, em “*Anatomy of the Clitoris*” [“Anatomia do clitóris”], Helen E. O’Connell, Kalavampara V. Sanjeevan e John M. Hutson examinaram a literatura histórica que auxilia a compreender a controvérsia a respeito da anatomia do clitóris, forneceram descrições históricas consistentes com estudos anatômicos modernos, esclareceram as características anatômicas consistentes do clitóris que definiram as partes dele e discorreram sobre a relação entre clitóris, uretra e vagina. Abordaram ainda a anatomia do fornecimento neurovascular, assim como a estrutura histológica e como relaciona-se com medicamentos.

A relevância da qualidade e da validade das descrições anatômicas disponíveis dá-se pelo fato de que as cirurgias são guiadas pelo conhecimento anatômico preciso. Desde os estudos de Kobelt, autores de livros de anatomia tiveram acesso a diagramas e descrições detalhados do clitóris (O’Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005). No entanto,

O clitóris é uma estrutura sobre a qual poucos diagramas e o

mínimo de descrição são fornecidos, impactando potencialmente a preservação dele na cirurgia. *O estudo específico de livros de anatomia ao longo do século XX revelou que detalhes de diagramas genitais apresentados no começo do século foram omitidos de textos posteriores. Esses exemplos, especialmente com o pano de fundo do clitóris sendo descoberto e redescoberto, indicam que a evolução da anatomia feminina ao longo do século XX ocorreu como resultado de um apagamento ativo, em vez de uma simples omissão no interesse da brevidade.* (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, pp. 1189-90. Trad. Minha. Grifo meu)

O'Connell, Sanjeevan e Hutson, não encontraram muitas outras descrições anatômicas detalhadas do clitóris.

A descrição típica dos livros de anatomia carece de detalhes, descreve a anatomia masculina completamente e fornece somente a diferença entre a anatomia masculina e a anatomia feminina, ao invés de uma descrição completa da anatomia feminina. (2005, p. 1193. Trad. minha).

Livros recentes de anatomia, em 2005, dedicavam diversas páginas à descrição do pênis e que omitiam a descrição do clitóris.¹¹

A ausência de detalhes anatômicos nos textos sobre cirurgia pélvica reforça a abordagem estreita à anatomia pélvica típica de livros de anatomia. A descrição de Kobelt com poucas modificações e o auxílio de fotografias de dissecação e de ressonâncias magnéticas fornece uma descrição abrangente da anatomia sexual feminina. *O conto do clitóris é uma parábola da cultura, de como o corpo é forjado em uma forma valiosa para a civilização apesar de e não por causa de si mesmo.* (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005, p. 1194. Trad. Minha. Itálico meu)

Atualmente, “[t]oda uma nova geografia de prazer, estética e ética, se afirma e se estende muito além da matriz heterossexual, podendo ser resumida em quatro palavras: ‘para além da penetração’.” (Malabou, 2024 [2020], p. 13). No entanto, como demonstram O'Connell, Sanjeevan e Hutson (2005), a história do clitóris humano não é uma trajetória linear e progressiva, rumo à existência e à emancipação.

¹¹ A glândula do clitóris é uma extensão do corpo do clitóris. Trata-se da porção externa e visível dele. Por isso, foi submetida a estudos consideráveis. Há documentação, por exemplo, sobre a variação dos formatos e tamanhos (O'Connell; Sanjeevan; Hutson, 2005).

3.2 “O clitóris é um anarquista”: concepções feministas do órgão

A linguagem filosófica ocidental “falocêntrica” ou “falogocêntrica”¹² refere-se aos lábios da vulva, aos seios, à vagina. Raramente ao clitóris.

Clitóris: esse pequeno segredo intumescido que persiste, resiste, incomoda a consciência e fere o calcanhar é um órgão, o único, que serve apenas para o prazer — logo, ‘para nada’. O nada de tudo, o imenso nada, o tudo ou nada do gozo feminino. (Malabou, 2024, p. 10).

Em 1976, Michel Foucault, filósofo francês, abordou, em *História da sexualidade*, a hipótese repressiva, que “corresponde à representação corrente do poder como fonte de interdição e de censura — da sexualidade em particular. Foucault mostra que, na realidade, o interdito de alguma maneira cria a sexualidade que ele reprime.” (Malabou, 2024 [2020], p. 17). No entanto, Foucault não considerou o papel do clitóris no “uso dos prazeres”, possivelmente porque seria um obstáculo ao questionamento da hipótese repressiva (Malabou, 2024 [2020]). O clitóris é “um símbolo mudo” (Malabou, 2024 [2020], p. 16).

De acordo com Preciado,

A contrassexualidade afirma que o desejo, a excitação sexual e o orgasmo não são nada além de produtos que dizem respeito a certa tecnologia sexual que identifica os órgãos reprodutivos como órgãos sexuais, em detrimento de uma sexualização do corpo em sua totalidade. (2017 [2004], p. 23)

Para Foucault, a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade nas sociedades liberais é a contraproduktividade, “isto é, a produção de formas de prazer-saber alternativas à sexualidade moderna.” (Preciado, 2017 [2004], p. 22). Assim, dar voz ao clitóris é uma forma de contradisciplina sexual, uma tecnologia de resistência. Não ainda no sentido de sexualizar o corpo como um todo. No entanto, no sentido de não identificar somente os órgãos reprodutivos enquanto órgãos sexuais.

¹² O “falocentrismo” ou “falogocentrismo”, submetido à desconstrução por Jacques Derrida, filósofo franco-argelino, teria como características principais: o “privilégio concedido à retidão, à ereção (modelo arquitetônico de tudo que fica em pé), à visibilidade, ao simbolismo do falo, e ao mesmo tempo redução da mulher à matéria-matriz, à mãe, à vagina-útero.” (Malabou, 2024 [2020], p. 16)

Em 1974, Carla Lonzi, crítica italiana de arte e ativista feminista¹³, denunciou, em *Sputiamo su Hegel* [*Cuspamos em Hegel*], a dominação masculina e a normatização da sexualidade feminina. No entanto, considerou que a dialética hegeliana da relação senhor-servo concebida em uma lógica de oposição não dá conta das relações homem-mulher e vagina-clitóris. Para ela, embora a violência presida as relações homem-mulher e vagina-clitóris, a dialética hegeliana enganar-se-ia de princípio e de resultado. Como condição de possibilidade, como princípio, admite a realidade da tomada de poder; como resultado, a inversão de papéis entre senhor e servo — o poder permanece.

De acordo com Lonzi, o questionamento da existência do poder *a priori* seria a tarefa do feminismo. Na relação entre homens e mulheres, “a própria ideia de uma tomada de poder [...] desmorona.” (Lonzi *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 63), pois “não existe uma solução em que um eliminaria o outro [...]” (Lonzi *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 63). Desse modo, “[a] dialética é inútil perante a diferença.” (Malabou, 2024 [2020], p. 64). A diferença é “a alavanca que permite de uma só vez a suspensão e a desarticulação da submissão e da dominação.” (Malabou, 2024 [2020], pp. 63-4)

A relação entre clitóris-vagina é, para Lonzi, a expressão fundamental da diferença da mulher, ligada à sexualidade. Em 1971, Lonzi havia rompido, em *La donna clitoridea e la donna vaginale* [*A mulher clitoridiana e a mulher vaginal*], com a visão tradicional do clitóris e da vagina, defendendo que o papel principal cabe ao clitóris. O clitóris é o emblema da diferença da mulher, “da autonomia libidinal da mulher”, e “a zona de resistência à heteronormatividade da ‘cultura sexual masculina’” (Malabou, 2024 [2020], p. 64). De acordo com Lonzi, o clitóris é o sexo feminino, enquanto o pênis é o sexo masculino.

No entanto, a cultura sexual masculina, a cultura patriarcal “é precisamente uma cultura da clitoridectomia” (Malabou, 2024 [2020], p. 66) — compreende qualquer forma de estimulação que não seja o coito como

¹³ Com um grupo de mulheres reunidas em torno da Librerie delle Donne [Livraria das Mulheres] em Milão, Carla Lonzi (Florença, 1931 — Milão, 1982) fundou o coletivo *Rivolta Femminile* [*Revolta Feminina*]. Reconhecida crítica italiana de arte, abandona a carreira universitária e recusou-se a publicar a dissertação sob a orientação de Roberto Longhi, historiador da arte. Escreveu o livro-manifesto *Sputiamo su Hegel!* [*Cuspamos em Hegel*], em que o conceito de “diferença” apareceu pela primeira vez em contraste com a lógica de posição da dialética hegeliana senhor-servo (Malabou, 2024 [2020]).

masturbação, assimilando-as a atividades infantis. “Em nossa opinião, a diferença entre masturbação e não masturbação está na percepção da presença do outro e na troca erótica, não na execução de um modelo de coito” (Lonzi *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 65). Modelo de coito determinado pelos “valores ideológicos da penetração heterossexual procriadora” (Lonzi *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 65). A ruptura da visão tradicional da vagina e do clitóris supõe a ruptura da equivalência entre masturbação e autoerotismo, assim como entre estimulação clitoridiana e orgasmo clitoridiano: “Importa afirmar, ao contrário, a carícia clitoridiana como relação sexual por completo.” (Malabou, 2024 [2020], p. 65). A ruptura da visão tradicional da vagina e do clitóris supõe, portanto, uma ruptura com a psicanálise freudiana: “Na psicanálise, o homem encontra as razões que o tornam inatacável [...]. No feminismo, a mulher encontra a consciência feminina coletiva que elabora os temas de sua liberação.” (Lonzi *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 67). A respeito da liberação da mulher, Lonzi elaborou o conceito de *autocoscienza* (“autoconsciência”):

[...] Para uma mulher, a autoconsciência de seu sexo e de seu prazer distingue-se da consciência de ser dessa ou daquela maneira, vaginal ou clitoridiana. Não se trata de aceitar um dado de nascimento, uma forma de fatalidade. A autoconsciência desperta aquilo de que ela é a consciência, isto é, a verdadeira fonte do desejo. É assim que ela permite, antes de tudo, acabar com a culpa pela suposta frigidez vaginal. A “mulher vaginal” é de fato apenas uma projeção do esquema sexual masculino, uma fabricação da “cultura patriarcal [que] conseguiu manter o clitóris escondido e inutilizado”.

A mulher clitoridiana torna-se a figura da consciência feminina: “*para desfrutar plenamente do orgasmo clitoridiano, a mulher deve encontrar uma autonomia psíquica*”. A reivindicação da diferença sexual significa menos o confinamento em um esquema binário que a desconstrução do conceito de igualdade”. As feministas radicais não procuram ser tratadas como iguais aos homens, mas ser consideradas — e antes de tudo se considerar — elas mesmas como o que são “autenticamente”, diferentes. Reconhecer-se como clitoridiana era na época um verdadeiro *coming out*. Com a “mulher clitoridiana”, a diferença saía do armário. (Malabou, 2024 [2020], p. 66. *Itálico meu*).

De acordo com Lonzi, “[q]uestão fundamental da autoconsciência feminista, o clitóris marca doravante a distância irreduzível entre submissão e responsabilidade.” (Malabou, 2024 [2020], p. 67).

A abordagem de filósofas que, como Simone de Beauvoir e Carla Lonzi, procuraram introduzir o clitóris no pensamento foi criticada como essencialista pelo feminismo de terceira e de quarta onda, crítico da binariedade, da fixidez, da naturalidade do gênero. Nesse sentido, Catherine Malabou, filósofa franco-argelina¹⁴, reflete: “Reconhecer uma realidade não seria desconhecê-la de outra maneira? Acariciar com uma das mãos, censurar com a outra.” (Malabou, 2024 [2020], p. 14).

Para Malabou, sem comprometer a autonomia e a intensidade orgástica,

O clitóris só existe no âmbito da distância [...]

Distanciamento entre clitóris e vagina — objeto de tantas análises e psicanálises. Distanciamento entre clitóris e pênis. Distanciamento entre clitóris e falo, o primeiro se recusando, ao contrário do pênis, a obedecer à lei do segundo. Distanciamento entre o biológico e o simbólico, a carne e o sentido. Distanciamento, enfim, entre os “sujeitos” do feminismo e os próprios feminismos. Distanciamento entre os corpos. Distanciamento entre o destino anatômico do sexo e a plasticidade social do gênero. Distanciamento entre dado de nascimento e intervenção cirúrgica. Distanciamento entre a reivindicação da existência da “mulher” e a rejeição dessa categoria. Distanciamento entre um “nós, as mulheres” e uma multiplicidade de experiências que impede de unificar ou universalizar esse “nós” e essas “mulheres”.

O distanciamento não é apenas a diferença — diferença entre o mesmo e o outro, ou diferença em relação a si mesmo. [...] O distanciamento fratura a identidade paradoxal da diferença, revela a multiplicidade nela contida. (Malabou, 2024 [2020], p. 15)

Depois da teoria da diferença sexual, outras teorias

[...] abrem e continuam a abrir outros distanciamentos, entre filosofia e política, linguagens dominantes e línguas minoritárias, eurocentrismos e abordagens decoloniais. O clitóris viu-se assim destituído de seu simples estatuto de “órgão genital”, privilégio da mulher. O que é de fato o clitóris — termo masculino em francês, feminino em italiano e neutro em línguas não românicas — para um sujeito não binário, um ile que não se identifica nem com homem nem com mulher?

¹⁴ Catherine Malabou recusa, por um lado, o “rechaço sistemático às feministas pré-gênero, [que conceitaram a diferença sexual,] fundadoras, precisamente do feminismo radical” (Malabou, 2024 [2020], p. 19); por outro, defende “um feminismo radical distante das *terfs* — *trans-exclusionary radical feminists* [feministas radicais transexcludentes] [...]” (Malabou, 2024 [2020], p. 18). Aproxima-se do questionamento da binariedade sexual.

Não chegou o momento de escapar à “fetichização do órgão e da anatomia, ao enfoque na fisiologia?”, pergunta, apropriadamente, Delphine Gardey. E continua: “é o que nos sugere [...] [por exemplo] Judith Butler, questionando a concepção do corpo e do erótico que está em jogo na produção do corpo ‘por partes’”.

Mas esses novos desenvolvimentos sobre sexualidade, gênero e corpo, por mais necessários que sejam, não exerceram, à sua maneira, uma forma de apagamento?

Por que deveríamos nos recusar a fazer o retrato do clitóris justo quando ele acaba de surgir [...]?” (Malabou, 2024 [2020], pp. 17-8. *Itálico da autora*)

De acordo com Malabou, “[a] pesar de tudo, uma tarefa a um tempo científica e ética da filosofia sempre foi aclarar aspectos do real que, por uma ou outra razão, ficaram ocultos, enterrados, não raro reprimidos.” (2024 [2020], p. 17). Assim, Malabou escreve a respeito do clitóris porque ele “[...] ainda é, física e psiquicamente, o órgão do prazer censurado.” (2024 [2020], p. 14).

No entanto, se “[f]alar do clitóris em filosofia é [...] torná-lo visível [...] [,] como fazer isso sem camuflá-lo uma segunda vez? Como pensá-lo se a linguagem filosófica é uma excisão lógica?” (Malabou, 2024 [2020], p. 17).

Abandonando o abrigo “atrás da pretensa assexualidade do sujeito filosófico [...]” (Malabou, 2024 [2020], p. 106), afirma que a filosofia não é neutra, e sim não binária. Para ela, o fato de ser não binária atestaria o caráter desconstrutível da filosofia.

A desconstrução de um edifício conceitual sistemático passa necessariamente por um lugar que Derrida chamava de ‘pedra angular defeituosa’. Na verdade, essa “pedra” marca a presença de [...] uma zona clitoridiana do *logos*.

O clitóris do texto marca o lugar onde os filósofos se comprazem e deixam de se identificar com seu sexo anatômico e seu gênero social. Nem sempre vemos esse lugar de imediato. Os cânones oficiais da interpretação tentam evidentemente apagá-lo. Sem sucesso. Na distância dos textos entre si se aloja toda uma série de formas que abalam o quadro do *logos* ocidental para abri-lo cada vez um pouco mais aos corpos estranhos e a formas não repertoriadas de prazer.

Mas não faço essencialismo filosófico. As plataformas que ligam o biológico ao simbólico são, mais uma vez, incontáveis. O real inteiro se presta à projeção simbólica dos corpos, está salpicado de zonas clitoridianas, de zonas de êxtase que poderiam se assemelhar às zonas erógenas freudianas se esse conceito tivesse logrado se impor. (Malabou, 2024 [2020], pp. 113-4)

Malabou interessa-se por explorar o “poder de moldagem somática da filosofia” (2024 [2020], p. 107):

[...] Ao contrário do que se acredita, [a filosofia] [...] forma o corpo [...]. A filosofia não trabalha os corpos unicamente para fins ortopédicos. Não se trata apenas de adestramento. Ela também esculpe uma erótica que permite novas conexões entre energia espiritual e energia libidinal. Não estou falando de uma sexualidade idealizada ou metaforizada, mas de um efeito sexualizante no discurso.

Entrar na filosofia e entrar em meu corpo acabaram por se confundir em uma mesma experiência. É evidente que não tenho mais o mesmo corpo desde que penso, por assim dizer. Ou melhor, agora tenho muitos. [...] O esforço por dar fluidez ao meu desejo [...] também moldou meu sexo, o fez [...] existir de um modo inédito que não tem nada a ver com sublimação.

[...] Meu clitóris [corpo clitoridiano] está em sincronia com meu cérebro [mente não binária], a linha de fogo se estende de um extremo a outro de meu corpo. Curiosamente, essa linha me põe frente ao desafio de me “identificar” sexualmente, pois as categorias disponíveis para fazê-lo são cada vez mais porosas. (Malabou, 2024 [2020], pp. 107-8)

Malabou esboça o lugar do clitóris por traços “provenientes de diferentes tipos de discursos, sem hierarquia nem juízo” (Malabou, 2024 [2020], p. 19), que compõem simultaneamente revelação e desaparecimento.

Ao longo de milênios, deu-se o desenvolvimento da bipedia, possibilitando a aquisição de novas capacidades e proporcionando novas possibilidades de relacionamento com o mundo (Garcia, 2023). Nas fêmeas mamíferas quadrúpedes, o clitóris, localizado próximo à vagina, é estimulado pela penetração. O orgasmo e a ovulação são desencadeados pela cópula. Nas fêmeas mamíferas bípedes, o clitóris tornou-se um órgão anterior, distanciou-se da vagina. O orgasmo e a ovulação deixaram de ser desencadeados concomitantemente. A ovulação passou a ser autônoma e cíclica.

Assim, em relação aos seres humanos, o orgasmo masculino continua tendo função direta na reprodução. No entanto, uma vez que deixou de tê-la, o orgasmo feminino passou a ser unicamente fonte de prazer. Trata-se, portanto, do ponto de vista evolutivo, de uma capacidade adquirida, de uma nova possibilidade de relacionamento com o mundo proporcionada, a partir da

bipedia, aos membros da espécie humana que apresentam clitóris.

No entanto, constatar o caráter excepcional do clitóris humano não quer dizer conceder o direito de usufruí-lo a quem tem o privilégio de apresentar o clitóris, um órgão dedicado exclusivamente ao prazer.

De acordo com Malabou,

A questão específica do orgasmo feminino [humano] prova de modo particularmente sensível que biologia e política são indistinguíveis. Com efeito, por trás dos debates relativos à distância entre clitóris e vagina, orgasmo e reprodução, reside, na realidade, o problema levantado pela autonomia do prazer da mulher (2024 [2020], pp. 36-7. Itálico meu).

Nesse sentido, para Malabou (2024 [2020]), as tentativas de atribuir ao clitóris humano funções reprodutivas, ou seja, de conduzir o prazer novamente a uma finalidade relacionada à sobrevivência da espécie, são o mesmo que negá-lo.

A questão do gozo clitoridiano é indissociável da questão política da subjetivação. A afirmação da mulher clitoridiana é o ponto de partida de um tipo novo de devir-sujeito. Lonzi estabelece uma relação determinante entre clitóris e pensamento quando declara que ser clitoridiana significa para a mulher “pensar na primeira pessoa”. De fato, é impossível pensar por si mesma sem se conhecer, e se conhecer sem saber onde está e qual é o seu prazer. [...] Se existe [...] uma distância redutível é aquela, muito pouco interrogada, entre saber pensar e saber gozar. Entre como formamos nossa cabeça e de que maneira a perdemos. (Malabou, 2024 [2020], p. 65. Itálico meu)

Malabou lembra-se de que, em *A câmara clara: uma nota sobre a fotografia*, Roland Barthes distingue o *studium* e o *punctum* de uma fotografia. O *studium* diz respeito a encontrar as intenções do fotógrafo, a compreendê-las, seja para aprová-las ou para desaprová-las; o *punctum* “é esse acaso que, [...] [na fotografia], me *punge* (mas também me mortifica, me fere)” (Barthes *apud* Malabou, 2024 [2020], p. 116. Itálico da autora). O *studium* diz respeito a uma busca minha por algo; o *punctum* diz respeito a algo atravessando-me, transpassando-me.

O prazer clitoridiano não seria o efeito de um transpassar, de uma penetração nem de uma punhalada [— ou seja, de um *punctum*]. O que quer dizer também que, se as zonas de êxtase do real são também zonas de produção de sentido, este

se manifesta sem sobressair em todos os sentidos do termo.

O prazer fica entre o *studium* e o *punctum*, na lacuna entre eles; não é nem um nem outro. O clitóris — como o feminino — é relação *com* o poder, mas não relação *de* poder. Em todo caso, é nesses termos que o meu pensa.

O clitóris é um anarquista. (Malabou, 2024 [2020], p. 117. Itálico da autora)

No século XIX, os anarquistas propuseram a anarquia enquanto ordem sem poder.

Uma ordem sem comando nem começo não é na verdade necessariamente desordem, de maneira alguma, mas *um arranjo diferente, uma ordem composta sem dominação*. Que só procede de si mesma e nada espera que não seja de si mesma. Uma ordem das coisas sem ordens dadas.” (Malabou, 2024 [2020], p. 120. Itálico meu).

Para Malabou, há uma cumplicidade entre anarquia e clitóris devido

[...] a seu destino comum de passageiros clandestinos, a sua existência secreta, escondida, desconhecida. O clitóris por muito tempo foi também considerado um estorvo, um órgão supérfluo, inútil, zombador da ordem anatômica, política e social por sua independência libertária, sua *dinâmica de prazer separado de qualquer princípio e de qualquer objetivo*. Um clitóris não se governa. Apesar das tentativas de lhe encontrar senhores — autoridade patriarcal, ditame psicanalítico, imperativos morais, peso dos costumes, carga da ancestralidade —, ele resiste. Resiste à dominação pelo fato mesmo de sua indiferença ao poder e à potência.” (Malabou, 2024 [2020], pp. 120-1. Itálico meu)

Para Malabou, o clitóris é o símbolo metonímico da independência do prazer feminino. Ainda que não seja necessariamente de uma mulher (cis), o clitóris permaneceria “[...] o lugar enigmático do feminino. Ou seja: ele ainda não encontrou seu lugar.” (Malabou, 2024 [2020], p. 19). A respeito do adjetivo, observa: “Feminino é o termo que me parece o menos inadequado para caracterizar essa situação. Um feminino fora da diferença sexual, fora da heteronormatividade. Um feminino de *subjetivação*.” (Malabou, 2024 [2020], pp. 107-8. Itálico da autora).¹⁵

¹⁵ Malabou continua: “Não compartilho as críticas da palavra ‘feminismo’, que, ao contrário do transfeminismo, é suspeita de ser mais ligada a uma política de identidade que a um processo de desidentificação. Jacques Rancière tem razão ao escrever que ‘toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a

Malabou considera que mulher e feminino não são inteiramente assimiláveis. Em relação à mulher, haveria, no feminino, um excesso, uma sobra. Em relação ao gênero, haveria, na plasticidade do gênero, um excesso, uma sobra (Malabou, 2024 [2020]).

abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados.’ A “‘Mulher’ em política é o sujeito de experiência — o sujeito desnaturado, desfeminizado — que mede a distância entre uma parcela reconhecida [...] e uma ausência de parcela.” (2024 [2020], pp. 107-8. *Itálico da autora*)

4. “A arquitetura do corpo é política”: Considerações finais

O gênero e o sexo têm um caráter material e um caráter construído. São prostéticos. O sexo, segundo Paul B. Preciado, não existe em si.

Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua “natureza” (relações heterossexuais). [...]

[...] A exclusão de certas relações entre gêneros e sexos, assim como a designação de certas partes do corpo como não sexuais [...] são as operações básicas da fixação que naturaliza as práticas que reconhecemos como sexuais. *A arquitetura do corpo é política*. (Preciado, 2017 [2004], p. 31. Itálico meu)

De fato, “[n]a realidade, não há duas mãos, mas uma multiplicidade de lados, inclinações, relevos e fronteiras.” (Malabou, 2024 [2020], p. 94). Desse modo, “[a] contrassexualidade não fala de um mundo por vir; ao contrário, lê as marcas daquilo que [...] é o fim do corpo, tal como este foi definido pela modernidade.” (Preciado, 2017 [2004], p. 24).¹⁶ Os gêneros e os sexos são múltiplos.

O gênero, como afirma Catherine Malabou, “[...] possui o sujeito, [...] o põe em movimento como faria uma máquina. Essa máquina é uma rede de normas logísticas, biomédicas e culturais que desarranjam sistematicamente a ordem heterossexual.” (2024 [2020], p. 94).

De acordo com Preciado, há uma temporalidade lenta, fundamento metafísico das tecnologias sexuais, em que as instituições sexuais e as tecnologias sexuais aparentam ser fixas. Contra essa temporalidade lenta, a contrassexualidade dirige-se, opera e intervêm.

Há ainda uma temporalidade fractal — múltiplos “agoras” — em que não

¹⁶ “Esses saberes feministas, portanto, não apenas produzem um novo saber sobre as mulheres, mas desqualificam o ‘conhecimento verdadeiro’; perturbam a economia do próprio saber e a distinção entre sujeito e objeto do conhecimento. Como salienta Luce Irigaray a propósito de qualquer discurso sobre as mulheres, ‘não se trata de elaborar uma nova teoria em que a mulher seria o *sujeito* ou o *objeto*, mas sim de fazer emperrar a própria maquinaria teórica, de suspender a sua pretensão à produção de uma verdade e de um sentido demasiadamente unívocos’ (Irigaray, Luce. *Este sexo que nao é só um sexo: Sexualidade e status social da mulher*. Trad. Cecilia Prada. São Paulo: Senac, 2017, p. 90.” (Dorlin, 2021, p. 17)

há causalidade linear. Nessa temporalidade fractal, a contrassexualidade, intervindo diretamente sobre os corpos, sobre as identidades e sobre as práticas sexuais derivadas, incorpora as tecnologias sexuais (Preciado, 2017 [2004]).

Ao lidar com passado, presente e futuro, a psicologia e a psicanálise atuam na temporalidade fractal. A partir do binarismo sexual, a psicologia e a psicanálise normativas intervêm em uma multiplicidade de corpos, mutilando e reduzindo o corpo. Assim, não enquanto abordagem teórica, e sim enquanto posicionamento ético, é necessário que sigam rumo à contrassexualidade.

Referências

- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. **Microfísica do poder**. Org., intro. e ver. técnica Roberto Machado. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018 [1971], pp. 55-86.
- BRAIDOTTI, Rosi. Organs Without Bodies. **Nomadic Subjects**. Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory. New York: Columbia University Press, 2011, pp. 166-88.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, pp. 57-9.
- DORLIN, Elsa. **Sexo, gênero e sexualidades**. Introdução à teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: crocodilo/ Ubu Editora, 2021.
- FAVERO, Sofia. **Psicologia suja**. Salvador: Devires, 2022.
- FAUSTO-STERLING, Anne. "Five sexes: Why male and female are not enough". **The Sciences**. New York, mar/ abr, 1993.
- GARCIA, Flora S. **A bordo do Euphrosyne**. Uma viagem por palavras de mulheres. Salvador: Devires, 2023.
- LIDDEL, Henry George; SCOTT, Robert; JONES, Sir Henry Stuart; MCKENZIE, Roderick. **A Greek-English lexicon**. With a revised supplement. Oxford, Reino Unido: Clarendon Press, 1996.
- MALABOU, Catherine. **O prazer censurado**. Clitóris e pensamento. Trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024 [2020].
- MELONI, Carolina. **Las fronteras del feminismo**. Teorías nómadas, mestizas y postmodernas. Madrid: Editorial Fundamentos, 2012.
- O'CONNELL, Helen E.; SANJEEVAN, Kalavampara V.; HUTSON, John M. "Anatomy of the Clitoris". **The Journal of Urology**, v. 174, out 2005. 1189-95.
- PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. Trad. Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2017 [2004].
- RICH, Adrienne. Notes Toward a Politics of Location. **Blood, bread, and Poetry**: Selected Prose (1979-1985). London: Virago, 1987 [1984], pp. 210-31.
- STRÖMQUIST, Liv. **A origem do mundo**. Uma história cultural da vagina ou A vulva vs. o patriarcado. Trad. Kristin Lie Garrubo. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2018.